



## **DECLARAÇÃO SOBRE MEDIDAS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO NA ÁREA SOCIAL EM RESPOSTA À CRISE FINANCEIRA MUNDIAL**

O Conselho do Mercado Comum, com a participação dos Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL e dos Estados Associados, reunidos em Salvador, Costa do Sauípe, Bahia, no dia 15 de dezembro de 2008, por ocasião da Sessão Ampliada de sua XXXVI Reunião Ordinária:

Expressou sua mais firme convicção de que o objetivo final do processo de integração é melhorar as condições de vida da população, o que deve ser obtido por meio de políticas nacionais e regionais ativas de redução da desigualdade social e de promoção do desenvolvimento humano integral e em harmonia com a natureza.

Coincidiu na avaliação de que o MERCOSUL e os Estados Associados devem agir de maneira harmônica e coordenada para superar os desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável dos seus povos, ao combate às desigualdades e à promoção dos direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e demais direitos humanos na região.

Manifestou que a presente conjuntura de crise financeira mundial, originada nos países desenvolvidos, torna premente a necessidade da adoção de políticas econômicas e sociais de natureza anticíclica que atenuem seus efeitos.

Reiterou que os investimentos na área social devem garantir o acesso da população à educação, à saúde, a um emprego digno e a serviços de qualidade, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Reafirmou, nesse sentido, que os referidos investimentos não apenas protegem as camadas mais vulneráveis da população, como ainda estimulam a geração de empregos, a demanda e a produção de bens e serviços, com conseqüências benéficas para a economia regional em seu conjunto.

Ressaltou a necessidade de que, no atual contexto, os países desenvolvidos mantenham ou incrementem suas contribuições à cooperação internacional destinada aos países em desenvolvimento, evitando que as ações orientadas à reativação de suas economias ocorram em detrimento do apoio aos países mais pobres.

Acolheu os avanços na construção dos “Eixos e Diretrizes do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL”, para a elaboração do Plano Estratégico



encomendado pelos Presidentes e Chefes de Estado do MERCOSUL, por ocasião da Cúpula Presidencial de Córdoba, em 21 de julho de 2006. Salientou a amplitude e o enfoque integrado do referido documento, o qual abrange a erradicação da fome, o combate à pobreza e às desigualdades sociais, fortalecimento da assistência humanitária, circulação de pessoas, participação social, direitos humanos e diversidade, saúde, educação e cultura, integração produtiva, agricultura familiar, economia solidária e cooperativas.

Destacou as iniciativas aprovadas pela Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social relacionadas ao combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais e ressaltou o compromisso de seus Governos de implementá-las.

Alentou o fomento de instâncias de intercâmbio e debate, nas quais as organizações sociais possam contribuir ativamente com o processo de formulação do Plano Estratégico. O trabalho conjunto entre governos, setores produtivos e organizações sociais é de fundamental importância para que o desenvolvimento social, em seus múltiplos aspectos, contemple de maneira harmônica os diversos interesses e necessidades da população.

Ressaltou a necessidade de uma conclusão satisfatória e equilibrada para as negociações multilaterais de comércio, condizente com as promessas de desenvolvimento econômico e social da Rodada de Desenvolvimento de Doha. Reafirmando os vínculos entre comércio e desenvolvimento, conclamaram as autoridades competentes dos países desenvolvidos a tomar plenamente em consideração os legítimos interesses dos países em desenvolvimento, com vistas à eliminação de práticas comerciais distorcivas em particular no comércio agrícola e permitir uma adequada flexibilidade aos países em desenvolvimento para a execução de políticas industriais de forma a dar que assegurem a sustentabilidade sistêmica das políticas sociais adotadas pelos países da região.

Levando em conta o anteriormente dito, expressou sua determinação, de participar e contribuir ativamente para uma transformação profunda e ampla da arquitetura financeira internacional que garanta uma regulação eficaz dos mercados de capitais, minimizando os efeitos de crises nas políticas de investimento social da região.